

PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO: APONTAMENTOS INICIAIS DE UMA PESQUISA

Este trabalho se debruçou sobre as possíveis implicações do Projeto de lei “Escola sem Partido” (ESP) para a educação brasileira. Um de seus objetivos centrais foi investigar se os educadores deixaram de abordar temas em sala de aula em função do medo de denúncias ou de repressões motivadas por iniciativas da ESP. Foi feita uma pesquisa a partir de levantamento de dados coletados em um questionário online, utilizando a plataforma do Google Forms, que recebeu 170 respostas. Também foram feitas entrevistas com professores/as a fim de investigar as implicações da onda conservadora nas práticas docentes de educadores/as de diferentes níveis de ensino. Tivemos como principais interlocutores para a análise dos dados Gaudêncio Frigotto e Fernando Penna. A pesquisa permitiu refletir sobre os perigos da disseminação do Projeto de lei “ESP”, bem como analisar a chamada onda conservadora no campo da educação a partir da análise dos dados preliminares da investigação.

Palavra-chave:
Escola sem partido;
criminalização docente;
conservadorismo.

Karine Corrêa Nunes¹
Jacqueline de Fátima dos Santos Morais²

1. Introdução

Como ponto de partida para a discussão do presente trabalho, tomamos como foco as seguintes questões: Para que serve a educação? Qual é o sentido da escola? Qual é a função social da escola? Qual é o papel do professor? Qual é o papel da família? Que tipo de aluno formar? Estas são indagações que há muito tempo vem sendo feitas por intelectuais e educadores/as que buscam incessantemente compreender o papel da educação e da escola em articulação com a sociedade. Tais questões voltaram a ser frequentes no palco de discussão sobre os rumos da educação brasileira, principalmente agora, em meio à turbulência política e social em que vivemos no Brasil, na segunda década do século XXI. A educação tem sido alvo e o centro de uma batalha ideológica.

Nas mais recentes discussões sobre o papel da educação na sociedade brasileira, propostas educacionais, reformas, projetos de lei têm sido tema de debates que mobilizam pais, estudantes, intelectuais e educadores por toda parte do país. Caracterizando-se como um projeto de lei que traz em

seu bojo a ameaça de retrocesso para a educação brasileira, o Projeto Escola sem Partido (ESP) tem se colocado como um destaque nas discussões sobre os rumos da educação. Este projeto é pautado no pensamento político-ideológico conservador.

¹ Estudante de Pedagogia – Atuou como Bolsista de Estágio Interno Complementar (EIC) no GPALÉ (Grupo de Pesquisa Alfabetização, Leitura e Escrita) – karine-correa@outlook.com

² Orientadora do Projeto – Professora adjunta da Faculdade de Formação de Professores – FFP/UERJ- Coordenadora do GPALÉ- Jacquelinemorais@hotmail.com

Para entender melhor como funciona o Movimento Escola sem Partido, e o perigo da disseminação desta iniciativa para a educação brasileira, é importante conhecermos o contexto histórico, como começou e o que há por trás deste movimento.

O Movimento Escola sem Partido surgiu no ano de 2004, através da atuação do advogado brasileiro Miguel Nagib. Segundo o próprio fundador do Movimento, a idealização do ESP surgiu a partir de uma situação vivida por sua filha, na escola. Segundo Nagib a situação com certo professor teria sido uma afronta aos princípios morais de sua família. Sendo assim, numa tentativa de buscar um maior apoio, o coordenador do movimento criou uma associação que teria por objetivo denunciar e combater todo e qualquer tipo de “doutrinação” nas escolas. O advogado alegava que os alunos poderiam estar sendo “vítimas do assédio de grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas [...]”(ESP,2018, online).

A partir dessa compreensão, o movimento ESP tomou como objetivo combater a “doutrinação ideológica” que entendia estar acontecendo nas escolas. Segundo a lógica do movimento os/as professores/as seriam “culpados” ao induzirem ou doutrinarem os/as estudantes, inculcando-lhes valores diferentes daqueles oriundos de seus familiares.

Na análise de críticos ao ESP, tais como: Fernando Penna e Gaudêncio Frigotto, este movimento teria por finalidade atribuir à escola a tarefa de instruir, cabendo apenas à família, a responsabilidade pelo ato educativo. Assim, educar e instruir se colocariam como ações diferenciadas e, até mesmo, opostas.

Por sua vez, coerente com uma perspectiva conservadora sobre o sentido da escola e da educação, as ideias do ESP são um convite a escolarização voltada para transmissão de conteúdos, à aprendizagem sem significado, ao silenciamento nas salas de aula, à mercantilização do ensino, à negação do ensino crítico e ao retorno a uma pedagogia tecnicista.

O Movimento ESP acabou ganhando proporção, culminando com a elaboração de um projeto de lei em 2014, a pedido do antigo deputado Estadual do Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro, membro do Partido Social Cristão (PSC). Mais tarde a ideia do projeto acabou se espalhando por outros estados do Brasil.

Alguns críticos, como Fernando Penna e Gaudêncio Frigotto, à reformulação proposta pelo ESP destacam a forte onda conservadora que tomou conta do cenário político, principalmente com a candidatura do atual presidente Jair Bolsonaro. O Movimento que incita o combate sobre a presença de ideologias no projeto das escolas, prezando pela neutralidade do professor na sala de aula, cai em contradição, pois o que há por trás deste mesmo projeto é um caráter ideológico fundamentado em práticas conservadoras, na

tentativa de excluir e silenciar as múltiplas visões de mundo que circulam nas escolas, com o intuito de homogeneizar a sociedade, negando as desigualdades sociais, produtoras da discriminação e dos preconceitos. Desta forma, percebemos que não há neutralidade nesta iniciativa.

O conservadorismo, a base ideológica do ESP, marca um período de retrocesso no campo da educação. Traz uma linha de pensamento de caráter fortemente moralista. O perigo da disseminação do conservadorismo no espaço escolar é o apagamento das práticas democráticas que estávamos ao longo do tempo construindo.

Atualmente o ESP preserva um site que expõe as ideias e as propostas do Movimento. Também disponibiliza no mesmo espaço virtual, local para denúncias de pais e estudantes contra professores/as ditos “doutrinadores”. O ESP propicia e induz em seu projeto um processo de criminalização dos/das docentes. No próprio site do Movimento há uma plataforma específica chamada “Flagrando o Doutrinador” que mostra uma série de “pistas” que alertam pais e estudantes a ficarem atentos às possíveis doutrinações exercidas pelos/as professores/as. Uma dessas pistas orienta: “se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional...”(ESP,2018,online). Tal orientação traz implícito o papel do/da professor/a: transmitir o conhecimento das matérias escolares e tratar de esquecer a realidade do mundo afora.

Frigotto (2016), autor crítico ao Escola sem Partido, afirma o quanto esse movimento tem privado professores da liberdade de ensinar, criando de certo modo, uma censura. Por outro lado, já existem casos de professores sendo perseguidos e sofrendo denúncias por tocarem em assuntos que, supostamente, não fariam parte de sua disciplina na sala de aula. O medo também vem tomando conta dos professores, pois precisam ter um cuidado com o que vão falar e como vão agir perante algumas questões.

Embora o projeto ESP tenha sofrido derrotas ao ser reprovado, as propostas desta iniciativa têm polarizado o debate por todo país e interferido na rotina de algumas escolas, principalmente no trabalho docente. A sala de aula que deveria ser um lugar de diálogo entre professores e alunos, tornou-se hoje um espaço de medo e desconfiança entre os mesmos causado pela intenção do Movimento Escola sem Partido.

Tudo isso gerou o compromisso com a investigação deste tema, produzindo um projeto de pesquisa e sua realização. Esta investigação está vinculada ao Grupo de Pesquisa Alfabetização, Leitura e Escrita (GPALE) da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Este grupo é coordenado pela professora Jacqueline Moraes, docente da citada instituição de ensino superior. Busco nesta pesquisa

discutir os impactos que o Projeto de lei Escola sem Partido tem causado para professores e professoras, em especial da Escola Básica. Para isso, foi feito um levantamento de dados a partir de um questionário com seis perguntas online, no mês de setembro de 2018, utilizando a plataforma do Google Forms. Fechamos a possibilidade de envio de respostas no dia 8 de dezembro de 2018, recebendo ao todo 170 respostas.

O questionário teve como objetivo investigar se educadores/as já sofreram algum tipo de perseguição ou sentiram-se acuados por medo das reações dos pais ou da escola ao abordarem temáticas articuladas às questões de gênero, de religião, da conjuntura política, dentre outros na sala de aula.

A escolha do questionário *online* se deu por permitir atingir o número maior de pessoas e maior número de localidades. Tivemos respostas de várias partes do país.

Como resultado desta pesquisa, tomamos como suporte alguns gráficos que foram elaborados a partir dos questionários e que subsidiaram esta investigação. Tivemos a preocupação de elaborar poucas perguntas, como:

- a) Qual a sua idade?
- b) Qual seu tempo de experiência docente?
- c) Você atua na rede pública ou privada?
- d) Qual ano de escolaridade da sua turma esse ano?
- e) Aconteceu alguma situação de perseguição, denúncia ou pressão sobre seu trabalho por conta da onda de conservadorismo ou da “Escola sem Partido”? Se sim, quais?
- f) Já presenciou situações (pressão, perseguição. Etc) com seus colegas de profissão devido ao conservadorismo? Quais?

Como análise dos gráficos fizemos as seguintes observações: percebemos que a maioria das pessoas que responderam o questionário possuem entre 41 a 50 anos de idade. Dentre os participantes, apenas 4 não responderam. Dentre as 170 pessoas entrevistadas, 144 responderam que atuam em instituições públicas.

Entretanto, para o inesperado da pesquisa as questões que abordam se os educadores sofreram algum tipo de situações de pressão sobre o reflexo do Escola sem Partido, deram em sua maioria respostas negativas. O quantitativo expressivo de respostas recebidas e as respostas negativas como majoritárias nos instigaram a uma questão central: afinal, porque tantos “nãos”? Como entender que tantas pessoas se mobilizassem para responder uma questão que não dissesse diretamente às experiências que estavam vivendo? Será que a ausência de denúncia também não poderia estar indicando um receio de expor as pressões de caráter ideológicas sofridas, no cotidiano escolar, pelos/as

docentes? Por outro lado, teriam sido essas pressões de certa forma naturalizadas a ponto de não se transformarem mais em denúncias? Respostas provisórias que só o aprofundamento da investigação e da reflexão sobre os dados poderão nos ajudar a perceber.

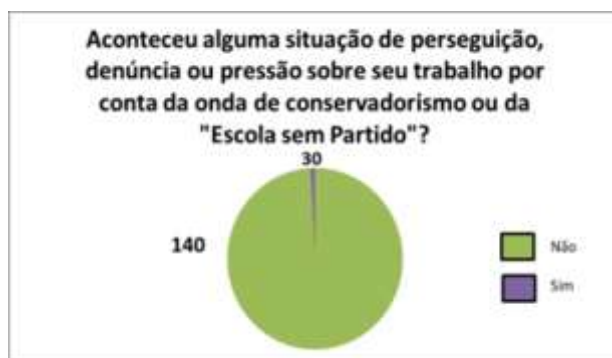


Figura 1. Um dos gráficos que foram elaborados a partir da análise dos dados

Por outro lado, narrativas de docentes que afirmaram algum tipo de acontecimento referente ao receio pelas denúncias reafirmam nossas preocupações pelo “clima de medo” que projetos como a ESP conseguiram trazer para as escolas:

Sim. Presenciei perseguição ao supervisor educacional por ser assumido homossexual e a um outro professor por ter proposto uma redação sobre feminismo. (Professor/a entrevistado/a de Educação Infantil da rede pública)

Sim. Professores de história, sociologia e filosofia, acusados de estarem induzindo os alunos a pensarem como "comunistas". Na verdade, o simples fato destes professores estarem apresentando a história, os fatos sociais, são o bastante para gerarem qualquer tipo de tom agressivo nesse sentido. (Professor/a de Educação Infantil ao 3º ano do ensino médio da rede pública)

Foi possível perceber na análise dos dados que os temas mais frequentes que causam receio em serem abordados são: religiosidade de matriz africana, sexualidade e temáticas ligadas a gêneros. Esta pesquisa tem identificado que o sentimento de desconfiança tem provocado professores/as a vivenciarem a autocensura pela preocupação em abordar temas que discutam questões religiosas, morais, políticas ou sexuais. Concluimos também a necessidade de seguirmos investigando este tema. Ademais, o presente trabalho procurou refletir e apontar o perigo da disseminação do projeto Escola sem Partido, retratando as

facetas deste projeto, e expondo a visão retrógrada de escola que a iniciativa toma como proposta para os novos rumos da educação brasileira.

2. Referências Bibliográficas:

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola sem Partido: Imposição da Mordça aos educadores. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ)**, V.5-N.9, Junho 2016.

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos. A escola pública e os discursos sobre sua pretensa crise. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, p.1 – 9, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23891/16864>> Acesso em: 27 jun 2019.

Movimento Escola sem Partido. Disponível em <<https://www.programescolasepartido.org/>> . Acesso em 04 jan. 2019.

Professores Contra o Escola sem Partido. Disponível em <<https://professorescontraoescolasepartido.wordpress.com/>>. Acesso em 04 jan. 2019

Comissão encerra trabalhos e projeto Escola sem Partido é arquivado para 2019. Disponível em<<https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2018-12-11/escola-sem-partido-e-arquivado.html/>> Acesso em 14 jan 2019.